

Os mundos morais possíveis de Mackie e MacIntyre

The possible *moral worlds*
of Mackie and MacIntyre

Hippolyto R. da S. Ribeiro

Mestre em Filosofia pela UFPEL

Resumo: Analisamos nesse artigo as principais características filosóficas do *ceticismo moral* de Mackie e do *contextualismo moral* de MacIntyre. Do ponto-de-vista *ontológico*. Reivindicamos que Mackie e MacIntyre adotam *ontologias* diferentes. Mackie adota uma *ontologia fiscalista ou materialista* e MacIntyre uma *ontologia social e cultural*. Por essa razão, Mackie conclui que valores morais *não são objetivos*, enquanto MacIntyre conclui, ao contrário, que valores morais *são objetivos*. Do ponto-de-vista *linguístico*. Reivindicamos que a teoria do ‘erro’ de Mackie postula que o *uso* da linguagem moral ocidental é baseado numa crença (falsa) na *objetividade* dos valores morais, e a teoria do desacordo moral contemporâneo de MacIntyre propõe, ao contrário, que o *uso* da linguagem moral na sociedade pós-moderna é baseado numa crença (falsa) na *subjetividade* dos valores morais.

Palavras-chave: Ética; Ceticismo; Contextualismo; Ontologia Moral; Linguística; Objetividade.

Abstract: We analyze in this article the main philosophical characteristics of the *moral skepticism* of Mackie and the *moral contextualism* of MacIntyre. From the *ontological* point of view, we claim that Ma-

ckie and MacIntyre adopt different *ontologies*. Mackie takes a *physicalist ontology or materialistic* and MacIntyre a *social and cultural ontology*. For this reason, Mackie concludes that moral values *are not objective*, whereas MacIntyre concludes, on the contrary, that moral values *are objective*. From the *linguistic* point of view, Mackie's theory of 'error' postulates that the *use* of Western moral language is based on a (false) belief in the *objectivity* of moral values, whereas MacIntyre's theory of contemporary moral disagreement proposes, unlike, that the *use* of moral language in postmodern society is based on a (false) belief in the *subjectivity* of moral values.

Keywords: Ethics; Skepticism; Contextualism; Moral Ontology; Linguistics; Objectivity.

Introdução

Analiso nesse artigo as principais características filosóficas de dois *mundos (morais) possíveis* propostos por Mackie e MacIntyre. Reivindicando que Mackie e MacIntyre sugerem que habitamos em *mundos ontológicos, linguísticos e éticos* completamente diferentes e contraditórios. Do ponto-de-vista *ontológico*. Mackie acredita que vivemos em um *mundo* sem valores morais *objetivos*. MacIntyre, ao contrário, sustenta que vivemos em um *mundo* com valores morais *objetivos*. Do ponto-de-vista *linguístico*. No *mundo* de Mackie, o *uso* da linguagem moral é baseado na crença (falsa) na *objetividade* dos valores morais. No *mundo* de MacIntyre, ao contrário, o *uso* da linguagem moral é baseado na crença (falsa) na *subjectividade* dos valores morais.

O mundo sem valores morais *objetivos* de Mackie

Hare, em '*Nothing Matters*' – que possui o sugestivo subtítulo de *Is 'the Annihilation of Values' something that could happen?* – sugere que não existem diferenças éticas fundamentais entre um mundo, no qual os valores morais são *objetivos*, e outro mundo, no qual os valores morais são *subjectivos*:

Pense em um mundo em cuja estrutura os valores sejam *objetivamente* fundamentados; e pense em outro no qual esses valores tenham sido *aniquilados*. E lembre que em ambos

os mundos as pessoas continuam interessadas nas mesmas coisas – não existe diferença no interesse ‘subjutivo’ que as pessoas possuem pelas coisas, apenas em seu valor ‘objetivo’. Agora eu pergunto, Qual é a diferença entre o estado das coisas nesses dois mundos? Alguma outra resposta pode ser dada exceto ‘Nenhuma, qualquer que seja’? Como, portanto, podemos nos atormentar com dúvidas acerca de com qual deles nosso próprio mundo se parece? (HARE, 1972, p. 47)

Mackie, em *Ethics Inventing the Right and Wrong*, discorda das conclusões desse argumento de Hare. Hare postula a *indiferença* entre um mundo, no qual os valores sejam *baseados objetivamente na estrutura do mundo*, e outro, no qual eles sejam instituídos de forma absolutamente arbitrária ou subjetiva. Para Mackie, o raciocínio de Hare possui implicações *lógicas* e não *ontológicas*. Mackie afirma que a inexistência de uma diferença relevante, no que concerne aos interesses *subjetivos* dos agentes, entre esses dois mundos. Implica, unicamente, no reconhecimento da distinção lógica entre *juízos de primeira ordem* (juízos morais materiais, determinando quais ações particulares são “boas”) e *segunda ordem* (juízos sobre a natureza ética da “bondade”). Para Mackie, Hare está apontando simplesmente para a distinção lógica entre juízos morais *materiais particulares* e juízos éticos e metaéticos. Mackie afirma que “não é verdadeiro que não exista nenhuma diferença, qualquer que seja, entre esses dois mundos. Em um existe algo que fundamenta e valida alguns dos interesses subjetivos que as pessoas possuem pelas coisas e no outro não” (MACKIE, 1990, p. 22). Mackie delinea a diferença *ontológica* relevante entre esses dois mundos:

Se existisse algo na estrutura do mundo que validasse certos tipos de interesses, então seria possível adquiri-los meramente descobrindo-os, permitindo que o pensamento fosse controlado pelo modo como as coisas são. Mas no mundo em que valores objetivos tenham sido aniquilados a aquisição de algum novo interesse subjetivo significaria o desenvolvimento de algo novo no lado emotivo da pessoa que o adquirisse algo que os escritores do século dezenove colocariam sob a título de paixão ou sentimento. (MACKIE, 1990, p. 22)

Mackie, em *Ethics Inventing the Right and Wrong*, expõem as características gerais de seu *ceticismo* ético. Reivindi-

cando, basicamente, que *não* existem *valores morais objetivos*. Mackie sugere que *valores não compõem o tecido (a estrutura) do mundo*. Não possuindo, por essa razão, *objetividade ontológica*. Para Mackie, valores não podem ser incluídos entre os itens *realmente existentes* no mundo. Não podendo, dessa forma, ser objetos de discursos, juízos ou declarações *puramente descritivos*. Mackie afirma que valores não fazem parte da realidade empírica do *mundo*:

A reivindicação de que valores não são objetivos, não sendo parte do tecido do mundo, inclui não apenas a bondade moral, que poderia mais naturalmente ser equiparada com valores morais, mas também outras coisas que podem mais imprecisamente ser denominados valores ou desvalores morais – correção e erro, dever, obrigação e ações consideradas vis ou desprezíveis, e assim por diante [...] Desde que é com valores morais que estou primariamente interessado, a visão que estou adotando pode ser denominada ceticismo moral. (MACKIE, 1990, pp. 15-16)

O *ceticismo moral*, proposto por Mackie, constitui, basicamente, uma tese *ontológica negativa*. Mackie postula, fundamentalmente, o que valores morais *não são*. Reivindicando que eles *não* constituem *entidades ou relações naturais* que compõem o *tecido do mundo*. Concluindo, por essa razão, que *não possuem “objetividade” ontológica*. Mackie adverte que seu ceticismo moral não deve ser confundido com uma espécie de *subjetivismo moral* positivo. Baseado em análises conceituais ou linguísticas, que procuram elucidar o *significado* das declarações morais. Ressaltando, igualmente, a diferença de sua teoria ética em relação ao *emotivismo*, isto é, a teoria que postula que juízos morais constituem meras expressões dos sentimentos e atitudes dos agentes. Essa ressalva se justifica porque o *emotivismo* representa uma teoria positiva, que procura determinar o que *são* os juízos morais. Mackie, ao contrário, admite que valores morais possam ser *escolhidos e defendidos racionalmente*. Mackie reconhece que valores morais são extremamente úteis *racionalmente* para as relações humanas. Sendo originados através de convenções e instituições sociais e culturais, historicamente determinadas. Mackie estabelece um vínculo filosófico entre seu *ceticismo ontológico* e sua teoria do *erro*:

Primeiro, o que tenho denominado ceticismo moral é uma doutrina negativa, não uma positiva: ela diz o que não existe, não o que existe. Diz que não existem entidades ou relações de certo tipo, valores ou requerimentos objetivos, que muitas pessoas acreditam existirem. É claro, o cético moral não pode deixar isso assim. Se sua posição é para ser plausível como um todo, ele precisa oferecer alguma explicação de como outras pessoas têm incorrido naquilo que ele considera como um erro e essa explicação terá de incluir algumas sugestões positivas sobre como os valores falham em ser objetivos, sobre o que tem sido compreendido equivocadamente, ou conduzido a crenças falsas, sobre valores objetivos. Mas isso será um desenvolvimento de sua teoria, não o seu núcleo: seu núcleo é a negação. Segundo, o que tenho denominado ceticismo moral é uma tese ontológica, não linguística ou conceitual (MACKIE, 1990, pp. 17-18).

Mackie ressalta a natureza ontológica de seu ceticismo moral, enfatizando que sua teoria se concentra numa análise *factual* da moralidade:

Mas também existem questões ontológicas, em contraste com linguísticas e conceituais, acerca da natureza e estado da bondade ou justiça [...]. Essas são questões de análise *factual* ao invés de conceitual: o problema acerca do que a bondade é não pode ser estabelecido conclusivamente ou exaustivamente pela descoberta do que significa a palavra 'bom' [...] (MACKIE, 1990, p. 19).

Visando enfatizar a natureza ontológica de sua análise filosófica, Mackie propõe uma analogia entre o status ontológico dos valores morais e a teoria epistemológica de Locke a respeito das “qualidades primárias e secundárias” dos objetos da percepção (LOCKE, 1999, pp. 116-125). Locke, em *An Essay Concerning Human Understanding*, capítulo II, seção VIII, sugere a existência de uma distinção ontológica entre “qualidades primárias” e “qualidades secundárias”. Qualidades primárias correspondem às propriedades puramente físicas (ou moleculares) dos objetos. Enquanto, qualidades secundárias são produzidas, basicamente, pela *impressão* que essas “qualidades primárias” produzem nas superfícies sensoriais que captam e interpretam os fótons por elas refletidos. Locke sugere que as cores constituem “qualidades secundárias” dos objetos empíricos. Desse modo, as “cores”, como as percebemos, não

pertencem, intrinsecamente, às qualidades primárias dos objetos. Cores não compõem a estrutura molecular dos objetos empíricos, constituindo um fenômeno ótico causado pela percepção sensorial da reflexão da luz na superfície desses objetos. Os objetos empíricos não são *azuis ou vermelhos em si mesmo*, apenas são *percebidos como tais pelos órgãos sensoriais humanos*. Do ponto de vista puramente físico. A forma como percebemos as cores é produzida pelo comprimento das ondas de luz, refletidas pelo tipo de estrutura molecular da superfície dos objetos materiais, que atingem nossos órgãos sensoriais. Dessa maneira, as “cores” somente são percebidas como tais em razão da constituição biológica dos seres humanos, e não, diretamente, pela constituição física dos objetos em si mesma. Outros animais, por exemplo, percebem as cores dos mesmos objetos de maneira diferente do que os humanos. Variações na luminosidade, deficiências na visão ou nas partes do cérebro responsáveis pela interpretação das cores, tais como o daltonismo, alteram a forma como diferentes indivíduos percebem cores. Ainda que as características puramente físicas ou moleculares dos objetos percebidos não apresentem qualquer variação. Mackie sugere que valores morais, tal como as “cores”, também não constituem “qualidades primárias” do mundo. Sendo equivalentes, mais precisamente, às “qualidades secundárias”. Para Mackie, valores morais dependem, fundamentalmente, da percepção *subjetiva* dos agentes morais. Sendo determinados, basicamente, por suas escolhas, ideais, finalidades e tradições morais. Mackie postula que a “existência” dos valores morais depende, essencialmente, da interpretação *subjetiva* que acrescentamos – através dos juízos, conceitos, termos, argumentos e discursos morais – às características empíricas *objetivas* das circunstâncias e das ações. Mackie acredita que somente essas *características empíricas das ações* possuem existência objetiva, fazendo parte do *tecido do mundo*. Mackie sustenta que somente as “qualidades primárias” (características empíricas dos objetos ou fatos) possuem *objetividade ontológica*. Enquanto, as “qualidades secundárias” (cores ou valores morais) possuem unicamente natureza *epistemológica* ou *conceitual*. Mackie propõe essa analogia para distinguir seu ceticismo moral, funda-

mentado em uma análise ética de natureza *ontológica*, que investiga a natureza intrínseca dos valores morais, de análises éticas de natureza *linguística ou conceitual*, que investigam o significado dos conceitos, termos que constituem a linguagem moral. Sugerindo que uma análise conceitual ou linguística concluirá necessariamente que valores morais, como cores, são *objetivos* (possuem *referência racionalmente válida* a convenções sociais, por exemplo) para os agentes que os enunciam, embora *não façam parte da estrutura do mundo*. Através dessa analogia, Mackie procura explicar algumas características fundamentais de sua célebre “teoria do erro”. Especialmente, a forma como ocorre o “erro” da atribuição, pelo senso comum, de *objetividade* aos valores morais. Afirmando que esse *erro* é causado por uma confusão entre o *uso* e o *significado* da linguagem e dos conceitos morais e a realidade empírica da estrutura do mundo. Mackie adverte que uma análise ética, puramente linguística ou conceitual, não seria capaz de revelar esse grave equívoco, mas somente uma análise ética ontológica ou metafísica. O ceticismo moral de Mackie procura desenvolver essa investigação metafísica, constituindo uma teoria de *ontologia moral*. McDowell oferece uma consistente análise crítica acerca dessa analogia de Mackie em “*Values and Secondary Qualities*” (MCDOWELL, 2002, pp. 131-150). Mackie sugere que a objetividade atribuída aos valores morais em nossa cultura é semelhante ao que Hume postula como *a propensão da mente de espalhar-se sobre os objetos externos*:

Em uma visão subjetivista, valores supostamente objetivos serão baseados de fato nas atitudes que a pessoa adota considerando estar reconhecendo e respondendo a esses valores. Se admitirmos o que Hume denomina da “propensão da mente de espalhar-se sobre os objetos externos” podemos entender a suposta objetividade das qualidades morais como surgindo de algo que poderíamos denominar de projeção ou objetivação das atitudes morais. (MACKIE, 1990, p. 42)

Mackie sugere que os juízos morais, ordinariamente proferidos pelas pessoas comuns, na cultura ocidental, presumem, *erroneamente*, a existência de valores objetivos. E que essa atribuição de *objetividade* aos valores éticos constitui um *compromisso ontológico* fundamental. Assumido, tanto pelo

senso comum, como pela parcela majoritária da filosofia moral ocidental, desde a Grécia Clássica até a contemporaneidade. Sugerindo que essa crença ontológica acerca da natureza prescritiva objetiva dos valores éticos foi amplamente disseminada em nossa cultura. Tendo sido fortemente incorporada pela semântica da linguagem moral ordinária. Passando, dessa forma, a constituir um elemento indissociável do significado convencional básico de todos os conceitos e termos empregados nos discursos morais em geral. Mackie sugere que esse *entrenchamento ontológico e linguístico* da crença na *objetividade* dos valores morais é uma característica fundamental da *cultura ocidental*. Constituindo a principal razão, pela qual, análises conceituais e linguísticas são ineficazes para evidenciar a verdadeira natureza *subjetiva* dos valores morais:

Se uma ética de segunda ordem estiver confinada, então, a análises conceituais e linguísticas, ela deveria concluir que valores morais são ao menos objetivos: que eles são assim é parte do que nossas declarações morais ordinárias significam: os conceitos morais tradicionais do homem comum tanto quanto da principal vertente dos filósofos ocidentais são conceitos de valor objetivo. Mas é precisamente por essa razão que a análise conceitual e linguística não é suficiente. (MACKIE, 1990, p. 35)

Mackie sustenta que o *ceticismo* moral somente pode ser formulado adequadamente como resultado de uma “*teoria do erro*”:

A reivindicação de objetividade, apesar de estar entranhada em nosso pensamento e linguagem, não é auto-justificada (validada). Ela pode e deve ser questionada. Mas a negação da objetividade dos valores terá de ser formulada não como o resultado de uma abordagem analítica, mas como uma “*teoria do erro*”, uma teoria de que apesar de que a maioria das pessoas ao realizar juízos morais reivindica, entre outras coisas, estarem apontando para algo objetivamente prescritivo, essas reivindicações são todas falsas. É isso que torna o nome “*ceticismo moral*” apropriado. (MACKIE, 1990, p. 35)

Mackie afirma que a aceitação generalizada da “*teoria do erro*” requer uma argumentação consistente. Porque a suposição da objetividade dos valores morais encontra-se solidamente enraizada no senso comum ocidental. Refletindo-se

amplamente na linguagem e nos conceitos morais empregados na vida cotidiana. Ressaltando que a teoria do ‘erro’ contraria “presunções entranhadas em nosso pensamento, que são expressas em alguns modos nos quais a linguagem é usada, desde que conflita com o que, às vezes, é chamado senso comum” (MACKIE, 1990, p. 35). O ponto filosófico essencial é que a “teoria do erro” de Mackie constitui, basicamente, uma teoria de natureza *linguística*, analisando o *uso* da linguagem moral na sociedade ocidental. Sua tese fundamental consiste na reivindicação de que o *uso* da linguagem moral tradicional, pelas pessoas em geral na sociedade ocidental, é baseado em um ‘erro’ *ontológico* fundamental. Consistente na atribuição de validade objetiva ou imperatividade absoluta aos juízos, discursos, conceitos e termos morais em geral. Mackie sustenta, ao contrário, que os *valores morais*, expressos através dessa linguagem, não possuem *objetividade ontológica*. Por não *fazerem parte da estrutura do mundo*. Mackie afirma que valores morais não são *universais e necessários*. Não possuindo, por essa razão, natureza *ontológica* prescritiva ou imperativa absoluta. Para Mackie, a “existência” dos valores morais *depende* das crenças, desejos e inclinações dos agentes. Mackie reivindica, portanto, que valores morais possuem natureza *subjéti*va (e *intersubjéti*va), *contingente*, social e cultural:

Atitudes morais em si mesmo são ao menos parcialmente sociais na origem: socialmente estabelecidas – e socialmente necessárias – padrões de comportamento põem pressão sobre os indivíduos e cada indivíduo tende a internalizar essas pressões e a associar-se em requerer esses padrões de comportamento de si mesmos e dos outros. As atitudes que são objetivadas em valores morais possuem realmente uma fonte externa, apesar de não ser aquela atribuída pela crença em sua autoridade absoluta. Sobretudo, existem motivos que poderiam apoiar essa objetivação. Necessitamos da moralidade para regular as relações interpessoais, controlar os modos pelos quais as pessoas se comportam umas em relação às outras, frequentemente em oposição a inclinações contrárias. Assim sendo, nós queremos que nossos juízos morais sejam autoritários para os outros agentes assim como para nós mesmos: validade objetiva poderia conferir a eles a autoridade requerida. (MACKIE, 1990, pp. 41-42)

Mackie sugere que juízos morais não são logicamente cogentes. Nem constituem imperativos racionais universais e necessários. Mackie acredita que juízos e valores morais unicamente *refletem* ou *projetam no mundo* as opções, preferências, desejos, interesses ou finalidades *subjetivas* dos agentes:

Outro modo de tentar esclarecer esse assunto refere-se ao raciocínio moral e aos argumentos morais. Na prática, é claro, tal raciocínio é raramente completamente explícito: mas deixe-nos supor que pudéssemos tornar explícitos os raciocínios que sustentam alguma conclusão valorativa, onde essa conclusão possua certa força diretiva da ação que seja contingente aos desejos ou propósitos ou fins escolhidos. Então o que estou dizendo é que em algum lugar na estrutura desse argumento – talvez em uma ou mais das premissas, talvez em alguma parte da forma do argumento – haverá algo que não pode ser validado objetivamente – alguma premissa que não é capaz de ser simplesmente verdadeira, ou alguma forma do argumento que não é válida como matéria de lógica geral, cuja autoridade ou cogência não é objetiva, mas é constituída por nossa escolha ou decisão de pensar de certa maneira. (MACKIE, 1990, pp. 29-30)

Mackie reivindica que, na estrutura do raciocínio ético e da justificação dos juízos morais, sempre estão presentes, necessariamente, premissas “subjetivas”. Premissas *subjetivas*, para Mackie, são caracterizadas, basicamente, por refletirem *escolhas*, racionais ou irracionais, do agente. Não sendo *objetivas*, porque não se referem a nenhuma parte integrante da *estrutura do mundo*. Essas premissas também são consideradas subjetivas porque não podem ser *demonstradas logicamente*. Nem constituem *imperativos racionais universais e necessários*. Dessa forma, todo o raciocínio moral possui premissas éticas que não possuem os atributos ontológicos fundamentais, universalidade e necessidade. Mackie afirma que valores morais não possuem o mesmo tipo de *objetividade* ontológica dos “fatos empíricos” em geral. Por essa razão, valores éticos não podem ser objetos de um discurso *puramente descritivo*, já que não fazem parte do *tecido do mundo ou da realidade*. Subscrevendo, dessa forma, a tese da *dicotomia fato/valor*, típica do Positivismo Lógico e de parcela majoritária da Filosofia Analítica. Mackie afirma que *todo o valor moral se resume a uma resposta subjetiva às características empíricas* de uma

circunstância. Reivindicando que essas circunstâncias *factuais*, por sua vez, não possuem em si mesmas, nenhum valor moral intrínseco. Dessa maneira, Mackie sustenta que o ato de *torturar uma criança*, por exemplo, obviamente, e necessariamente, possui características naturais ou factuais que implicam no conceito de crueldade. Ressalvando, porém, que o juízo de reprovação moral não decorre necessariamente dessas características empíricas naturais da situação. Mackie reivindica que a *adição* do discurso e do juízo moral é subjetiva. Não acrescentando nenhuma nova qualidade ou característica *ontológica* relevante ao fato. Para Mackie, *todo o valor está fora do mundo*, conforme a famosa metáfora de Wittgenstein:

Esses tipos de comportamento para os quais são atribuídos valores e desvalores morais são realmente parte do mobiliário do mundo, e, portanto, existem diferenças naturais, descritivas, entre eles; mas não, talvez, diferenças em valor. É um fato inquestionável que ações cruéis diferem de generosas, e, conseqüentemente, que podemos aprender, como de fato nós todos aprendemos, a distingui-las na prática razoavelmente bem, e a usar as palavras ‘cruel’ e ‘generoso’ com significados descritivos razoavelmente claros; mas seria também um fato igualmente inquestionável que ações cruéis nesse sentido descritivo devem ser condenadas? A presente questão é em relação especificamente à objetividade do valor, não se referindo a objetividade dessas diferenças naturais, factuais, com base nas quais diferentes valores são atribuídos. (MACKIE, 1990, pp. 16-17)

Um aspecto fundamental do ceticismo moral de Mackie consiste na distinção entre o status ontológico das noções de “objetividade” e de “intersubjetividade”:

A questão da objetividade dos valores necessita, entretanto, ser distinguida de outras com as quais poderia ser confundida. Dizer que existem valores objetivos não seria meramente dizer que existem certas coisas que são valorizadas por todos, nem está implicado nisso. Poderia existir acordo na valoração mesmo se a valoração fosse apenas algo que as pessoas fazem, mesmo se essa atividade não fosse validada. Acordo subjetivo poderia fornecer valores intersubjetivos, mas intersubjetividade não é objetividade. (MACKIE, 1990, p. 22)

Mackie reivindica manifestamente que “intersubjetividade não é objetividade”. Mackie reconhece que a atividade de

valoração faz parte da natureza humana. Admitindo que valores morais possuam justificação racional, social e ou cultural. Mackie atribui propriedades filosóficas diferentes às noções de *objetividade* e de *intersubjetividade*. Reivindicando que valores morais podem possuir validade, meramente, intersubjetiva. Para Mackie, uma justificação intersubjetiva não atribui *status ontológico* aos valores morais. Nesse sentido, Mackie parece crer que *convenções sociais ou culturais não fazem parte da estrutura do mundo*:

É claro, dirão alguns, valorar, preferir, escolher, recomendar, rejeitar, condenar, e assim por diante, são atividades humanas, e não há necessidade de procurar por valores que sejam anteriores a e logicamente independentes a todas essas atividades. Pode de fato haver um acordo disseminado sobre a valoração, e juízos de valor particulares em geral não são arbitrários ou isolados: eles são tipicamente coerentes uns com os outros, ou podem ser criticados se não forem, razões podem ser oferecidas em seu favor, e assim por diante: mas se tudo o que o subjetivista está sustentando é que desejos, fins, propósitos, e coisas semelhantes, figuram em alguma parte do sistema de razões, e que fins e propósitos não são objetivos em oposição a ser meramente intersubjetivos, então isso, pode ser concedido sem muito problema. (MACKIE, 1990, p.30)

Mackie adota uma espécie de ontologia *fiscalista* ou *materialista*, típica do Empirismo Clássico e do *verificacionismo* do Positivismo Lógico. Considerando que apenas *objetos* “físicos” ou “materiais”, perceptíveis pelos órgãos sensoriais, possuem *existência genuína* ou *status ontológico*. Reivindico que essa ontologia *materialista*, implica, necessariamente, na presunção da correção da tese da *dicotomia fato/valor*. A ideia de uma dicotomia *ontológica* fato/valor possui origem filosófica na distinção proposta por Hume, em *A Treatise of Human Nature* (HUME, 1978, pp. 463-469), entre “juízos de fato” e “relações de ideias” (equivalentes, nesse contexto, a “juízos de valor”). Hume postula uma dicotomia *ontológica* e epistemológica radical entre “fatos” e “valores”. Reivindicando que (a) *fatos* podem ser objetos de discursos puramente descritivos, valores não; (b) *fatos* podem ser verificados empiricamente, valores não; (c) *fatos* podem ser objetos de acordo racional, valores não; (d) *fatos* podem ser considerados logicamente e

materialmente verdadeiros ou falsos, enquanto valores não são passíveis de juízos lógicos disjuntivos de verdade e falsidade. Dessa forma, a “teoria do erro” implica numa rejeição dogmática de qualquer tipo de *ontologia social* ou *cultural*. As implicações filosóficas mais amplas, da adoção dessa *ontologia fisicalista* por Mackie, serão analisadas pormenorizadamente mais adiante. Quando cotejarmos as diferenças mais relevantes entre as *ontologias morais* propostas por Mackie e MacIntyre. Mackie, como Hume, acredita que os valores morais, que compõem o sistema holístico de crenças, que consubstancia uma cultura ou tradição moral, particular e contingente, não possuem existência *factual* ou *status ontológico*. Para Mackie, valores morais não compõem o *tecido do mundo*, ou numa linguagem epistemológica, não refletem o *mundo como ele realmente é “em si mesmo”*. Mackie aponta as principais razões em favor de seu ceticismo moral: (1) o *relativismo moral*. Valores morais são contingentes, dependendo de formas de vida ou tradições culturais historicamente localizadas. De modo que o raciocínio moral assume diferentes premissas ou princípios conforme a realidade social de uma comunidade humana específica; (2) a *esquisitice* metafísica e epistemológica dos valores morais. Do ponto de vista metafísico. Valores morais constituem entidades ou relações ontológicas, absolutamente diferentes de todas as outras reconhecidamente existentes no mundo. Do ponto de vista epistemológico. A possibilidade do conhecimento de valores morais implicaria na necessidade da existência de alguma *faculdade cognitiva* ou forma de *percepção ou intuição moral* específica, capaz de reconhecê-los. Uma *faculdade* diferente de todos os meios ordinariamente admitidos para a obtenção de conhecimento sobre o mundo; (3) a inexistência de uma explicação satisfatória acerca da forma como os valores morais podem ser *consequentes* ou *supervenientes* às características naturais de uma situação *factual*. Ou seja, a dificuldade de explicar adequadamente qual espécie de *relação ontológica* existiria entre os *fatos* empiricamente observados e os valores morais a eles atribuídos. (Mackie propõe que a explicação mais convincente seria que essa relação reside em uma resposta *subjetiva* do agente. Causalmente consequente ao reconhecimento das

condições empíricas de uma situação); (4) a existência de diferentes padrões de *objetivação*. Na medida, que existem diferentes abordagens teóricas que sustentam a crença na *objetividade* dos valores. Paixões e desejos do agente, legislação Divina, sistema de leis (do qual Deus foi removido), convenções morais socialmente válidas, interesses e demandas dos agentes, constituem alguns desses padrões propostos. Outros, ainda, apontam para a internalização psicológica dos valores pelos agentes, que se reflete ou se *objetiva* através do comportamento ou da identidade moral. Mackie admite que juízos morais possam ser objetivos quando referidos a determinados padrões convencionalmente aceitos. Mas argumenta que, nesse caso, a atribuição da *subjetividade* aos valores morais, simplesmente é transferida para a *escolha* entre esses diferentes padrões. Para Mackie, essa escolha não está submetida a qualquer validade objetiva, dependendo de opções *relativamente* arbitrárias dos agentes; e, finalmente, (5) valores morais não constituem *imperativos categóricos*, capazes de determinar ações de maneira absoluta e objetiva. Em razão de que sua natureza imperativa é *contingentemente* determinada. Mackie conclui que a justificação e a imperatividade dos valores morais é necessariamente *subjetiva* e *relativa*. Reivindicando que valores morais expressam formas culturais, sistemas de crenças, desejos, escolhas, inclinações e ou finalidades dos agentes.

O mundo com valores morais objetivos de MacIntyre

MacIntyre, em *After Virtue: A Study on Moral Theory*, sustenta que o constante, e aparentemente interminável, desacordo moral, verificado na sociedade ocidental contemporânea, é resultado de um processo histórico. Postulando que esse processo *contingente* produziu uma desorganização na linguagem e nos conceitos empregados nos juízos, argumentos e discursos morais. MacIntyre acredita que as causas que ensejaram essa ausência de padrões morais amplamente compartilhados. Capazes de oferecer soluções para as controvérsias morais recorrentes em nossa cultura pós-moderna. Somente podem ser adequadamente compreendidas mediante uma análise históri-

ca e sociológica. MacIntyre sugere que as causas desse desacordo moral pós-moderno derivam da forma como as tradições morais antigas e medievais foram, inicialmente, descartadas. E, posteriormente, substituídas, pelas concepções morais tipicamente modernas. MacIntyre afirma que a moralidade ocidental entrou em um estado de desordem como resultado dessa transição histórica. MacIntyre postula, fundamentalmente, que, nesse processo histórico, a moralidade ocidental foi privada do *contexto social* que lhe conferia *inteligibilidade e imperatividade*. Para MacIntyre, quando as estruturas sociais, características da antiguidade e do medievo, foram destruídas e substituídas pelas formas sociais da modernidade. A linguagem e os conceitos característicos das tradições morais dessas culturas antecedentes – baseadas, principalmente, na ética aristotélica, predominante desde a Grécia Clássica até a Escolástica, e na justificação teológica da idade média – permaneceram sendo utilizados pela sociedade moderna e pós-moderna. Constituindo uma herança cultural que continuou entrincheirada nos juízos e discursos morais. Dessa forma, a linguagem que expressa essas desavenças, aparentemente insolúveis, da moralidade contemporânea, reflete conceitos morais formulados por essas tradições passadas. Conceitos esses, que deslocados de seu *contexto histórico e social* original, tornaram-se disfuncionais. Perdendo a capacidade de produzir um acordo social mínimo acerca de questões morais fundamentais. O ponto é que, para MacIntyre, uma das causas mais relevantes do desacordo moral contemporâneo consiste na ausência de uma noção de “racionalidade” amplamente compartilhada pelos protagonistas do debate moral. As controvérsias contemporâneas não podem ser resolvidas *racionalmente*, porque os contendores adotam *premissas* oriundas de diferentes tradições morais em seus argumentos. De modo, que cada um desses argumentos, embora contraditórios entre si, são plenamente *válidos* do ponto de vista lógico. Isso ocorre, conforme MacIntyre, porque a própria noção de “racionalidade” constitui uma construção cultural histórica e *contingente*. De modo, que aquilo que é considerado “racional” em uma tradição moral pode ser considerado “irracional” em outra. Para MacIntyre, a *justificação racional dos valores morais* não é trans-

cidental e absoluta. Na medida, que a noção de “racionalidade” é parte de um sistema de crenças holístico mais amplo, que determina nosso juízo, tanto do que é “racional”, como do que é “moral”. O aspecto fundamental consiste em que MacIntyre acredita que valores morais somente possuem *racionalidade* no “interior” de um *sistema holístico de crenças contingente*. De modo, que somente podem ser *justificados racionalmente* para aqueles agentes que previamente compartilham desse mesmo sistema doxástico. MacIntyre sugere que valores morais são *contingentes*, e, portanto, não constituem *verdades a priori*. Dessa forma, valores morais devem ser construídos através da *pesquisa racional*. MacIntyre adota uma postura *falibilista* em relação à justificação da moralidade. Sugerindo que valores morais devem ser *construídos racionalmente*. Esse *falibilismo* implica em que todo e qualquer valor moral pode ser *aperfeiçoado* através da investigação racional. MacIntyre conclui que o desacordo moral contemporâneo está profundamente enraizado na cultura ocidental. Delineando os aspectos culturais mais relevantes desse processo histórico e social:

Essa cultura continua a ser uma na qual os desacordos morais e outros nos quais os enunciados valorativos e normativos das partes contendoras apresentam um problema de interpretação, continuam sem solução e são aparentemente insolúveis. Por um lado, eles parecem pressupor uma referência a algum padrão impessoal compartilhado, em virtude do qual, no máximo uma dessas partes contendoras pode estar certa, e por outro lado, a pobreza dos argumentos aduzidos em apoio as suas asserções e o modo assertivo e expressivo, caracteristicamente estridente, nos quais são enunciados, sugerem fortemente que esse padrão não existe. (MACINTYRE, 2007, p. ix)

MacIntyre sugere uma explicação para o fenômeno do desacordo moral ocidental:

Minha explicação foi e é a de que os preceitos que são assim enunciados foram familiares, e inteligíveis em termos de, apoiados em um contexto de crenças práticas e hábitos de pensamento, sentimento, e ação, um contexto que foi perdido desde então, um contexto no qual juízos morais eram entendidos como sendo governados por padrões impessoais justificados por uma concepção compartilhada do bem humano. Privado desse contexto e dessa justificação, como resul-

tado de mudanças sociais e morais transformadoras e perturbadoras na idade média tardia e no novo mundo moderno, leis e preceitos morais tiveram de serem entendidas de novas maneiras, mediante a atribuição de algum novo status, autoridade e justificação (MACINTYRE, 2007, pp. ix-x).

MacIntyre conclui que esse processo de transformações históricas e sociais da sociedade ocidental produziu uma cultura moral tipicamente *emotivista*. Na qual, os juízos e o raciocínio moral perderam seus padrões de objetivação. Dessa forma, todas as premissas da justificação moral passaram a ser interminavelmente contestáveis. De modo, que o senso comum passou a considerá-los como meras expressões dos sentimentos e atitudes dos agentes que os enunciavam. O ponto é que, apesar dessa ausência de padrões *impessoais* e *objetivos* compartilhados. A linguagem e os juízos morais permaneceram sendo enunciados através de expressões e termos imperativos. Como se se referissem a padrões impessoais, que permitissem uma solução racional consensual para os conflitos morais. Embora esses conflitos, na verdade, se referissem não apenas a justificação, como ao conteúdo material da moralidade. MacIntyre sustenta que o *significado* dos enunciados valorativos e dos principais conceitos que empregamos usualmente na linguagem da moralidade, sofreu alterações radicais nos últimos três séculos. E que, como resultado dessa evolução, conceitos como ‘virtude’, ‘justiça’, ‘piedade’, ‘dever’ e ‘obrigação’, ao serem deslocados de seu contexto social e histórico tradicional, perderam seu significado original na cultura moral contemporânea. MacIntyre sugere que, nesse processo de transformação histórica e social, a linguagem e os conceitos morais passaram de um *estado de ordem* para um *estado de desordem*. Ao serem privados dos *contextos de teoria e prática* para os quais foram concebidos. E, para os quais, eram adequados e plenamente funcionais. No *estado de ordem* da moralidade, a linguagem moral permitia um acordo moral mínimo nas sociedades antigas e medievais. O *estado de desordem* atual da moralidade ocidental, porém, impede a obtenção de um consenso moral mínimo:

Porque se eu estou certo em supor que a linguagem da moralidade passou de um estado de ordem para um estado de

desordem, essa passagem será obviamente refletida – e realmente consistirá em – nessas mudanças de significado. Sobre tudo, se as características que identifiquei em nossos próprios argumentos morais – mais notavelmente o fato de que tratamos o argumento moral simultaneamente e inconsistentemente como exercício de nossos poderes racionais e meras asserções expressivas – são sintomas de desordem moral, devemos estar aptos a construir uma narrativa histórica verdadeira de um estágio anterior no qual o argumento moral era de uma espécie muito diferente (MACINTYRE, 2007, p. 11).

Conforme a narrativa histórica proposta por MacIntyre. A principal causa *filosófica* da desorganização da linguagem moral na sociedade contemporânea consiste no abandono da tradição ética aristotélica. MacIntyre sugere que a modernidade descartou tanto a justificação teleológica da moralidade, típica do aristotelismo, como a justificação teológica, típica da tradição medieval. Sem que um novo tipo de justificação moral consistente tenha sido formulado. Esse processo culminou com a crença, disseminada na sociedade ocidental, de que o *emotivismo* constitui uma teoria ética verdadeira. MacIntyre reivindica que o processo de desorganização da cultura moral na sociedade ocidental apresentou três estágios distintos: (1) um estágio no qual a teoria e a prática moral são fundamentadas em padrões impessoais e objetivos, racionalmente justificáveis. Padrões esses que garantem, por sua vez, uma justificação igualmente racional dos juízos e ações morais particulares; (2) um estágio intermediário, no qual ocorrem tentativas, continuamente frustradas, de garantir uma justificação racional da moralidade. Através da proposição de novos padrões racionais e impessoais que permitam a formulação de juízos morais objetivos. Todos esses novos padrões morais propostos, porém, mostram-se incapazes de produzir um acordo moral racional, minimamente satisfatório. Como resultado, o projeto *moderno* de justificação racional da moralidade, finalmente, entra em descrédito; (3) um estágio final, no qual as teorias morais *emotivistas* são incorporadas pelo senso comum. Em razão da *descoberta filosófica moderna*, amplamente disseminada, acerca da *subjetividade ontológica* da moralidade. De modo, que os valores e juízos morais perdem completamente sua objetividade e impessoalidade. Essa cultura *emotivista* se torna implícita nos

discursos e nas práticas morais cotidianas das pessoas comuns. Embora não seja admitida, explicitamente, na teoria ética. A partir do esquema histórico delineado, que demonstra os estágios da transição entre uma moralidade funcional e uma moralidade desordenada. MacIntyre extrai conclusões fundamentais, acerca, tanto da *objetividade* e *racionalidade* dos valores morais, como da disseminação do *emotivismo* na sociedade e na cultura ocidental:

A própria afirmação desse esquema é suficiente para sugerir que as reivindicações gerais do emotivismo, reinterpretado como teoria do uso não podem ser postas de lado tão facilmente. Porque uma pressuposição do esquema de desenvolvimento que acabei de esboçar é que genuínos padrões morais impessoais e objetivos podem, de uma maneira ou de outra, ser racionalmente justificados, ainda que em certos estágios de algumas culturas a possibilidade dessa justificação racional não esteja mais disponível. E isso é o que o emotivismo nega. O que tenho sugerido ser o caso acerca de nossa própria cultura – que no argumento moral a asserção aparente de princípios funciona como uma máscara para expressões de preferências pessoais – é o que emotivismo considera ser universalmente o caso. E acima de tudo, o faz em bases que não requerem nenhuma investigação histórica ou sociológica em geral das culturas humanas. Porque o que o emotivismo afirma é na parte central que não existem e nem podem existir justificação racional válida para nenhuma reivindicação de que existam padrões morais impessoais e objetivos e que, portanto, esses padrões não existem [...] Então o emotivismo sustenta que pretensas justificações racionais podem existir, mas justificações racionais reais não podem existir, porque não existe nenhuma. (MACINTYRE, 2007, p. 19)

MacIntyre reivindica que o *emotivismo* está completamente errado, enquanto teoria do *significado* dos termos morais. Mas permanece plausível, enquanto teoria do *uso* da linguagem moral. Ressaltando que as consequências *práticas* da crença disseminada amplamente em nossa sociedade, a respeito da correção do *emotivismo*. São mais perturbadoras do que as consequências do reconhecimento *teórico* de sua natureza verdadeira enquanto teoria ética geral. Para MacIntyre, do ponto de vista *linguístico*, o emprego da expressão ‘eu desaprovo isso’, ao invés de ‘isso é mau’, produz consequências morais diferentes. Porque o *uso* de enunciados, tais como ‘isso é justo’ ou ‘isso

é injusto’, implica, implicitamente, num *apelo* a padrões morais impessoais e objetivos. *Apelo* esse, que expressões como ‘desaprovo isso, desaprove também’, não possuem. Dessa forma, se o *emotivismo* for verdadeiro. E, portanto, a crença disseminada em sua correção for justificada. A linguagem moral herdada das culturas ocidentais anteriores, concebida originalmente de forma *imperativa*, tornou-se *ininteligível* e *disfuncional*, no *contexto* da sociedade pós-moderna. De modo, que seu *uso* deve ser completamente abandonado. MacIntyre sustenta que a própria noção de *racionalidade*, por si mesma, oferece base suficiente para a justificação objetiva da moralidade. Fornecendo os fundamentos para a rejeição, tanto do *emotivismo*, como de todas as outras formas de *subjetivismo* moral. MacIntyre conclui que o *emotivismo* se incorporou fortemente no senso comum da sociedade ocidental contemporânea. Embora não seja verdadeiro enquanto teoria ética universal e necessária: “em larga escala as pessoas agora pensam, falam e agem como se o emotivismo fosse verdadeiro [...] O emotivismo tornou-se incorporado em nossa cultura” (MACINTYRE, 2007, p. 22). Sugerindo que essa crença generalizada no *emotivismo* constitui um traço cultural que determina as características mais relevantes da moralidade pós-moderna:

Porque tenho sugerido que vivemos em uma cultura especificamente emotivista, e se isso é assim presumivelmente devemos descobrir que uma ampla variedade de nossos conceitos e modos de comportamento – e não apenas nossos debates e juízos morais explícitos – pressupõe a verdade do emotivismo, se não ao nível da teorização autoconsciente, ao menos na prática diária (MACINTYRE, 2007, p. 22).

MacIntyre sugere que o *eu* emotivista é resultado do tipo de ordem social vigente no Ocidente contemporâneo, se expressando através dos papéis sociais dominantes. Ressaltando que o desacordo moral contemporâneo decorre, em larga medida, do descrédito generalizado na possibilidade de uma *justificação racional da moralidade*:

O que apontei anteriormente como um ponto de vista distintivamente moderno, foi a concepção do debate moral em termos de uma confrontação entre premissas morais e com-

promissos morais incompatíveis e incomensuráveis, como a expressão de uma escolha sem critérios entre essas premissas, um tipo de escolha para o qual não podem ser oferecidas justificações racionais (MACINTYRE, 2007, p. 39).

MacIntyre postula que, na tradição moral aristotélica, seja na versão clássica, como na medieval, juízos morais equivaliam a declarações factuais. Em razão da estrutura de justificação teleológica. Fundamentada, basicamente, no emprego do conceito *funcional* central de ‘homem’. Baseado na concepção do homem como ‘organismo orientado para um fim natural’. Noção elementar da biologia metafísica do Filósofo. A modernidade ocidental, porém, caracterizou-se pela rejeição absoluta da tradição moral aristotélica. A partir de então, a estrutura de justificação moral transformou-se radicalmente. Para MacIntyre, a concepção humiana da falácia naturalista, constitui um marco filosófico decisivo nessa transição. Na medida, que Hume sugeriu que juízos factuais não podiam *justificar* conclusões normativas. Na tradição aristotélica, o homem é concebido, fundamentalmente, como membro de uma comunidade (*pólis*). Desempenhando papéis sociais determinados. E possuindo certos *fins* socialmente compartilhados. MacIntyre sugere que uma das características mais significativas da cultura moral contemporânea *emotivista*, ao contrário, consiste na concepção do ‘homem’ como um indivíduo desconectado de uma comunidade de interesses. De modo, que os juízos morais passam a expressar unicamente paixões, interesses e fins *subjetivos e particulares*. Nesse processo de transformação e sucessão das culturas morais ancestrais pela cultural moral da modernidade. Os termos, conceitos e juízos morais mudaram seus *significados e funções*. Fazendo com que a linguagem moral ingressasse num estágio de desordem progressiva. MacIntyre ressalta que, na tradição moral aristotélica, os juízos morais possuíam o status de declarações *factuais*. Sendo justificados *objetivamente*:

A pressuposição desse uso de ‘bom’ é que cada item do tipo que é apropriado denominar de bom ou mau – incluindo pessoas e ações – possui, como matéria de fato, algum dado propósito ou função específico. Chamar algo bom, portanto, é também fazer uma declaração factual. Chamar uma ação

particular de justa ou certa é dizer que é o que um homem bom deveria fazer em tal situação; assim esse tipo de declaração é também factual. Nessa tradição declarações morais e valorativas podem ser denominadas de verdadeiras ou falsas precisamente da mesma forma que todas as outras declarações factuais podem ser assim denominadas. Mas uma vez que a noção de propósitos e funções humanas essenciais desapareceu da moralidade, começou a parecer implausível tratar juízos morais como declarações factuais. (MACINTYRE, 2007, p. 59)

MacIntyre sugere que a modernidade, ao rejeitar e descartar, tanto a tradição moral aristotélica (e, conseqüentemente, a noção de função própria do homem (*ergon*) e a justificação teleológica), como a tradição moral medieval (e, conseqüentemente, a noção de Deus como Legislador moral e a justificação teológica). Abandonou os padrões objetivos e impessoais que tradicionalmente garantiam a funcionalidade da moralidade. Não conseguindo substituí-los, satisfatoriamente, nem pela noção de Razão Transcendental (Kantiana), nem pela noção de desejos e paixões (Humiana). MacIntyre sustenta que essa rejeição da justificação teleológica e da justificação teológica, fez com que os juízos morais perdessem seus parâmetros objetivos de validação. Embora, o discurso moral do senso comum contemporâneo, tenha preservado o *uso* da linguagem e dos conceitos herdados das tradições morais descartadas pela modernidade:

No discurso cotidiano presente persiste o hábito de falar dos juízos morais como sendo verdadeiros e falsos, mas a questão em virtude do que um juízo moral particular é verdadeiro ou falso perdeu qualquer resposta clara. Que isso seja assim é perfeitamente inteligível se a hipótese histórica que esbocei seja verdadeira: que juízos morais são sobreviventes linguísticos das práticas do teísmo clássico que perderam o contexto oferecido por essas práticas. Naquele contexto juízos morais eram hipotéticos e categóricos na forma. (MACINTYRE, 2007, p. 60)

MacIntyre afirma que, na sociedade ocidental, os juízos morais perderam o contexto social e cultural que lhes conferia objetividade. Passando a servir de meios de expressão da cultura *emotivista* dominante. Desse modo, os enunciados morais passaram a *significar*, fundamentalmente, expressões *subjetivas* das intenções e sentimentos particulares dos agentes:

Juízos morais perderam qualquer status claro e de modo paralelo as sentenças que os expressam perderam qualquer significado inquestionável. Essas sentenças perderam a orientação do contexto no qual eram originalmente familiares perdendo sua forma linguística bem como prática no mundo tornando-se disponíveis como formas de expressão para um eu emotivista. (MACINTYRE, 2007, p.60)

Para MacIntyre, uma característica fundamental da cultura *emotivista*, consiste em que a linguagem moral adotou uma *mascara* de objetividade e impessoalidade. Com a finalidade de ocultar os verdadeiros interesses, *subjetivos* e particulares, que expressa. MacIntyre, através de sua análise histórica, procura *desmascarar* essas intenções *emotivistas*. Escondidas sob o véu de uma linguagem moral, *disfarçadamente* impessoal e objetiva. Mas que é utilizada, deliberadamente, para a realização de interesses inconfessáveis:

A reivindicação de que os maiores protagonistas modernos das causas distintivamente morais do mundo moderno [...] oferecem uma retórica que serve para esconder atrás de máscaras de moralidade o que de fato são preferências arbitrárias de vontades e desejos não é obviamente uma reivindicação original. Porque cada um dos protagonistas contendores da modernidade, enquanto não desejam, por razões óbvias, admitir que a reivindicação é verdadeira no seu próprio caso, estão prontos para fazê-lo contra aqueles com quem contendem. (MACINTYRE, 2007, p. 71)

MacIntyre afirma que uma das características fundamentais do debate moral ocidental, tipicamente *emotivista*, consiste na tentativa constante dos contendores de *desmascarar* a *mascara de moralidade*, utilizada por seus adversários para ocultar interesses arbitrários e particulares:

Quando o emotivismo foi finalmente proclamado como uma tese inteiramente geral sobre a natureza do enunciado moral, nada mais foi feito do que generalizar o que cada partido da revolta cultural no mundo moderno já tinha dito acerca de seus predecessores morais particulares. *Desmascarar* os motivos não reconhecidos de desejos e vontades arbitrárias que sustentam as máscaras morais da modernidade é por si mesmo uma das atividades mais caracteristicamente modernas. (MACINTYRE, 2007, p.72)

MacIntyre conclui que a linguagem, os enunciados e, sobretudo, a *prática* moral contemporânea, incorporaram os pressupostos básicos da *emotivismo*. De modo, que as pessoas em geral, se comportam, ordinariamente, *como se o emotivismo (ou o subjetivismo) tivesse revelado verdades universais e necessárias acerca da natureza da moralidade*. MacIntyre afirma que o discurso moral do senso comum ocidental contemporâneo, utiliza, deliberadamente, juízos e asserções *formalmente* objetivos e imperativos. Herdados das tradições morais antecessoras. Com a finalidade de *mascarar* a expressão de intenções e interesses particulares e subjetivos. Padrões morais *subjetivos e pessoais*, típicos das formas-de-vida *emotivistas* pós-modernas, são, deliberadamente, *mascarados* ou *disfarçados*. Através de formas semânticas imperativas e categóricas. Visando, sobretudo, a *manipulação* da sociedade em geral, e dos agentes particulares, conforme interesses privados. Que refletem padrões morais específicos de uma parcela da sociedade. Especialmente, da oligarquia, da burocracia estatal e das classes dominantes do capitalismo. MacIntyre conclui que a moralidade contemporânea se resume a um *teatro de ilusões*. Na medida, que uma linguagem moral *formalmente* categórica, simulando objetividade e impessoalidade. Apela, não sinceramente, para padrões ou princípios que possuem certo prestígio e autoridade moral. Tais como as noções de utilidade, de direitos ou de eficácia política, administrativa ou econômica. Para dissimular interesses subjetivos e particulares. Entretidos pelas parcelas dominantes da sociedade ocidental moderna e pós-moderna. Com o objetivo de *manipular* outras parcelas. Especialmente, as menos afluentes e influentes no contexto social. MacIntyre sugere que a burocracia estatal cumpre um papel determinante nesse processo. Ao avocar para si uma espécie particular de conhecimento técnico e ou científico acerca da realidade social. Reivindicando autoridade para decidir a respeito das políticas públicas, sociais e econômicas mais relevantes. De modo que, tanto no nível das relações morais ‘privadas’, como no nível das relações morais ‘públicas’, a moralidade contemporânea se assemelha a um verdadeiro *teatro de ilusões*. No qual, a linguagem moral – que preservou a herança conceitual e linguística

das tradições morais antigas e medievais, e, portanto, seus juízos, termos e enunciados. Os quais, originalmente, remetiam a padrões morais objetivos e impessoais – é utilizada, fundamentalmente, para o engodo e a manipulação de uns sobre outros. Porque o *contexto histórico, cultural e social* que lhe conferia autoridade moral desapareceu. Tendo sido substituído pelo contexto de uma *civilização emotivista*. MacIntyre conclui que a linguagem e o discurso moral contemporâneo, sob a *máscara* de objetividade e impessoalidade, expressa *deliberadamente* juízos e interesses subjetivos e pessoais dos agentes. Em razão de que os agentes em geral, acreditam fortemente na correção das reivindicações *emotivistas*. Senão explicitamente, ao menos, implicitamente. MacIntyre delinea esse *teatro de ilusões*:

Não estaremos apenas justificados em concluir que uma explicação emotivista é tanto verdadeira acerca de, e incorporada em, grande parte de nossa prática e enunciado moral e que muito dessa prática e enunciado é uma negociação de ficções morais (como aquelas da *utilidade* e dos *direitos*) [...] Numa extensão perturbadora nossa moralidade será revelada como um teatro de ilusões. (MACINTYRE, 2007, pp. 76-77)

MacIntyre ressalta que um dos aspectos característicos do surgimento da cultura *emotivista*, consiste na transformação sofrida pelo conceito de *fato* (ou *declarações factuais*). Que mudou radicalmente de *significado* na transição para a modernidade. Sugerindo que, tanto o administrador burocrático, como muitos cientistas físicos – que desempenham papéis sociais fundamentais na modernidade –, reivindicam uma espécie de *neutralidade moral* acerca de seus conhecimentos e juízos. MacIntyre sugere que a noção de *fato* foi completamente redefinida pelos filósofos dos séculos XVII e XVIII. Como consequência direta da rejeição da justificação teleológica aristotélica e da justificação teológica medieval. E que esse processo histórico e cultural deu origem. Tanto à célebre tese moderna da *dicotomia fato/valor*. Concebida, inicialmente, por Hume, ao propor uma *distinção ontológica radical* entre *juízos de fato* e *relações de ideias* (equivalentes a juízos de valor). Como propiciou o surgimento do *sujeito moral autônomo*. Duas concepções ele-

mentares da cultura e da moralidade da sociedade ocidental moderna, tipicamente *emotivista*:

Essa emergência envolve uma rejeição a todas as visões de mundo aristotélicas ou quase-aristotélicas nas quais a perspectiva teleológica fornecia um contexto no qual reivindicações valorativas funcionavam como uma espécie particular de reivindicação factual. E com essa rejeição ambos os conceitos de fato e valor adquiriram um novo caráter. (MacIntyre, 2007, p. 77)

MacIntyre sugere que o surgimento da noção de *sujeito moral autônomo* – origem do *self* emotivista contemporâneo – na filosofia moderna. É resultado do mesmo processo histórico de transformação da tradição moral ocidental, no qual o agente moral deixou de ser concebido basicamente como um *animal social* (conforme a famosa concepção de Aristóteles). Intimamente vinculado a sua comunidade política e moral. Na visão aristotélica. Desenvolvida especialmente no Tratado da Felicidade, livro I, da *Ethica Nicomachea* (ARISTOTLE, trad. Irwin, 1999, pp. 1-16). O homem somente pode desenvolver plenamente suas potencialidades, e, sobretudo, atingir a *eudaimonia*, como membro da *pólis*. Entendida como comunidade social, política e moral. Desse modo, a *pólis* constituía a condição *ontológica* fundamental do conceito de *homem*. O *homem aristotélico* sente-se profundamente vinculado e comprometido com a sua comunidade moral. Compartilhando interesses, sentimentos e finalidades com seus pares. Nesse contexto. A linguagem e os juízos morais expressam padrões culturais *objetivos* e *impessoais*. Amplamente compartilhados pelos cidadãos da *pólis*. Na justificação teológica, típica da sociedade medieval, por sua vez, a noção de Deus oferecia, igualmente, um padrão *objetivo* e *impessoal*, amplamente compartilhado. De modo que os juízos morais verdadeiros deviam se adequar aos fins validados *teologicamente*, conforme a *lei* e a *vontade* do *Legislador Universal*. Reveladas, interpretadas e, sobretudo, garantidas, pela autoridade secular da Igreja. Essas características da sociedade medieval garantiam a validade dos padrões morais *objetivos* e *impessoais*, propiciando um amplo consenso moral. MacIntyre reivindica que a sociedade moderna perdeu esses contextos so-

ciais, históricos e culturais, amplamente compartilhados. Tornando-se numa sociedade fragmentada e dividida conforme interesses e finalidades *particulares, pessoais e subjetivas*. Sugerindo que o desacordo moral contemporâneo, aparentemente, ao menos, infundável, é o resultado do surgimento dessas novas formas e relações sociais e de poder. Que privilegiam interesses privados em detrimento de interesses socialmente compartilhados. Dessa maneira, o homem deixou de ser considerado, fundamentalmente, um *membro da pólis* ou uma *criatura de Deus*. Para assumir uma *autonomia moral absoluta*. De maneira que os juízos morais *devem* expressar basicamente interesses pessoais e subjetivos. Como consequência filosófica dessa rejeição das tradições morais teleológicas e teológicas. Hume, em *A Treatise of Human Nature*, pode conceber a *dicotomia fato/valor* e a *falácia naturalista* (HUME, 1978, pp. 469-470). Postulando que, a partir de premissas ou juízos puramente *descritivos* ou *naturais* (*ser/is*), não seria logicamente possível, inferir ou deduzir, juízos ou conclusões puramente *normativas* ou *valorativas* (*dever ser/ought*). MacIntyre argumenta que essa *falácia naturalista* não constitui uma verdade lógica ou ontológica, universal e necessária. Mas apenas um postulado cultural, típico da sociedade e do pensamento caracteristicamente moderno. MacIntyre traça um panorama dessa transformação do conceito de *fato* e do surgimento da *dicotomia fato/valor*:

Portanto não é uma verdade eterna que conclusões morais ou de outra forma valorativas não possam estar implicadas por premissas factuais; mas é verdade que o significado atribuído às expressões morais e de fato às outras expressões avaliativas chaves mudou entre o final do século dezessete e o século dezoito, de modo, que o que era então comumente admitido como premissas factuais não poderia estar implicado pelo que então era comumente tido como conclusões morais ou valorativas. A promulgação histórica dessa aparente divisão entre fato e valor não foi, entretanto, meramente uma questão da nova maneira pela qual valor e moralidade vieram a ser concebidas; foi também reforçada por uma concepção de fato mudada e em mudança [...] (MACINTYRE, 2007, pp. 77-78).

A posição de MacIntyre é bastante semelhante à tese defendida por Putnam, em *The Collapse of Fact/Value Dichotomy*. Nessa obra, Putnam sustenta que o conceito de “fato” sofreu

significativa transformação, entre o século XVII e nossos dias, como resultado do advento de uma nova visão científica do mundo. Especialmente, em razão do enorme sucesso *tecnológico* obtido pela introdução das teorias da relatividade e da mecânica quântica. Dessa forma, a noção de “fato” deixou de ser vinculada diretamente a noção de “impressão sensorial”, como propunha o *empirismo clássico*. Porque novos “objetos” científicos, tais como fótons, nêutrons, elétrons, etc., não podiam ser imediatamente percebidos pelos órgãos sensoriais. E uma *descrição científica factual* do mundo não poderia mais prescindir desses “objetos”. Dessa forma, a noção de “fato” foi desvinculada da noção de “impressão sensorial”. De modo, que, a partir de então, a ideia de uma dicotomia *ontológica* entre “fatos” e “valores” entrou em *colapso* no pensamento pós-moderno.

Discussão

A investigação desenvolvida analisou os aspectos filosóficos mais relevantes de dois *possíveis mundos morais* ocidentais contemporâneos, absolutamente contraditórios entre si: o *mundo moral* concebido por Mackie. No qual, os valores morais são *subjetivos*, não possuindo *objetividade ontológica*; e o *mundo moral* concebido por MacIntyre. No qual, valores morais *podem ser objetivos*, possuindo *objetividade ontológica* sócio-cultural. Desenvolvendo uma contraposição direta entre o *ceticismo* moral de Mackie e o *contextualismo* moral de MacIntyre. Concluindo que as teorias éticas de Mackie e MacIntyre são diametralmente opostas entre si, *ontologicamente e linguisticamente*. Oferecendo visões divergentes a respeito, tanto do *status ontológico* ou *metafísico* dos valores morais, quanto do *uso* da linguagem moral na sociedade ocidental contemporânea. O *ceticismo* moral de Mackie sugere que a crença disseminada na cultura ocidental a respeito da *objetividade* dos valores morais. Incorporada, fortemente, tanto por parte do senso comum, como pela parcela amplamente majoritária da filosofia moral. Constitui um grave equívoco *ontológico*. Do ponto-de-vista *linguístico*. Mackie afirma que o uso cotidiano da linguagem moral, na sociedade ocidental contemporânea. É

baseado, fundamentalmente, nessa crença falsa acerca da *objetividade* dos valores, juízos e enunciados morais. Sugerindo que o *uso* da linguagem moral ocidental tradicional, em nossa cultura contemporânea. É determinado, basicamente, pela crença *sincera* dos agentes na natureza objetiva, imperativa e categórica dos valores morais, expressos em seus juízos e asserções. Sendo que essa crença sincera na *objetividade* dos valores morais. Amplamente incorporada na forma como a linguagem moral é utilizada e compreendida. Tanto pelos agentes em geral, como pela maioria dos filósofos. Constituindo, assim, um traço cultural essencial da sociedade ocidental. Implica, justamente, no que Mackie denuncia como um grave ‘erro’ *ontológico* e *linguístico*. Esse ‘erro’. Enraizado na cultura ocidental. Se expressa, tanto nos juízos e práticas da moralidade típica da vida cotidiana. Através dos juízos morais de primeira ordem, que envolvem pretensões implícitas de *imperatividade*. Como na análise ética filosófica. Através dos juízos morais de segunda ordem, que reivindicam teoricamente a *objetividade* ontológica dos valores morais. Mackie sugere, enfim, que os agentes morais acreditam *sinceramente* na *objetividade* dos valores morais. E que essa crença se expressa através do *uso* da linguagem moral tradicional. O ponto é que, para Mackie, essa crença é *falsa*. Porque, na verdade, valores morais expressam escolhas, interesses e finalidades *subjetivas* desses agentes. Putnam sustenta que a teoria do ‘erro’ de Mackie possui natureza eminentemente *linguística*. Sendo baseada numa análise acerca do *uso* da linguagem moral. Para Putnam, a teoria do ‘erro’ postula, basicamente, que o *uso moral tradicional* do termo ‘bom’, se refere a uma suposta propriedade *ontológica* possuída por ações, finalidades, sentimentos, vontades, etc. De modo, que o reconhecimento dessa propriedade *ontológica* seria capaz de motivar moralmente, de maneira necessária, todo e qualquer agente racional. Putnam sustenta que, para Mackie, essa propriedade *ontológica* simplesmente não existe. Razão pela qual, cada vez que o agente emprega o termo ‘bom’ comete um *erro metafísico*. Putnam sugere que Mackie teria sido influenciado pelo *emotivismo*. Porque a teoria do ‘erro’ seria baseada, funda-

mentalmente, numa descrição do *uso* da palavra ‘bom’, muito semelhante aquela proposta pelos *emotivistas*.

Putnam interpreta a teoria do “erro”, nesses termos:

Ao contrário, ele adota sua famosa “teoria do erro”, conforme a qual, “bom” significa uma propriedade cujo conhecimento de que alguma coisa a possui, supostamente, motiva necessariamente a pessoa que possui esse conhecimento a desejá-la e preferi-la. Como não pode existir tal propriedade (conforme Mackie), toda vez que dizemos que algo é “bom” estamos cometendo um erro (um erro metafísico, de fato: atribuindo a algo uma propriedade metafisicamente absurda). (PUTNAM, 2002, p. 43)

Apesar de reconhecer que Mackie não concorda com a noção *emotivista* de que juízos morais necessariamente expressam desejos ou preferências dos agentes. Putnam aponta a razão pela qual atribui uma influência decisiva do *emotivismo* na concepção da “teoria do erro”:

A razão pela qual, entretanto, atribuo a Mackie uma influência emotivista consiste em que seu argumento a respeito do absurdo metafísico da bondade se baseia em uma *descrição* de como a palavra “bom” é usada, e *essa* descrição foi (como Hare) fortemente influenciada pelo emotivismo. (PUTNAM, 2002, p. 43)

MacIntyre sugere, ao contrário, que a cultura moral ocidental contemporânea incorporou, em larga medida, as reivindicações do *emotivismo*. Reivindicando que os agentes morais ocidentais pós-modernos, em geral, acreditam, *sinceramente*, na natureza, necessariamente, *subjéctiva* dos valores morais. MacIntyre sustenta que um traço fundamental da cultura moral contemporânea. Consiste na crença de que valores morais, necessariamente, expressam as escolhas, interesses e sentimentos de um agente moral autônomo e *livre*. Um agente que pode deliberar *pessoalmente* acerca do melhor conjunto de valores morais para si mesmo. Na modernidade e pós-modernidade. Os agentes empregam a linguagem moral tradicional. Que constitui uma herança cultural das civilizações passadas. Caracterizada pelo apelo a padrões morais que foram concebidos, originalmente, como *objetivos* e *impessoais*. No *contexto* das estruturas

sociais e tradições morais antigas e medievais. Para expressar, basicamente, interesses e desejos *subjetivos*. Para MacIntyre, a linguagem moral tradicional, *formalmente imperativa*, é utilizada *deliberadamente*, pelos agentes contemporâneos, para encobrir suas reais intenções particulares e *subjetivas*. Com a finalidade principal de manipular outros agentes conforme seus interesses pessoais. MacIntyre afirma que o senso comum da sociedade ocidental contemporânea é caracterizado pela crença disseminada na *subjetividade* dos valores morais. E que essa crença foi incorporada no uso da linguagem moral cotidiana. Dessa maneira, os agentes em geral utilizam a linguagem moral tradicional, *formalmente categórica*. Caracterizada por conceitos e termos morais concebidos originalmente – no contexto das tradições morais antigas e medievais – como *objetivos* e *imperativos*. Para *mascarar* suas reais intenções e interesses pessoais particulares. Visando manipular as relações interpessoais. ‘Outra distinção fundamental entre as posições de Mackie e MacIntyre diz respeito ao tipo de *ontologia* adotada. Mackie fundamenta seu *ceticismo moral* em uma *ontologia geral* – e não apenas numa *ontologia moral*, porque sua teoria se aplica tanto a valores morais como a valores estéticos, por exemplo – claramente *fisicalista* ou *materialista*. Baseada, em larga medida, nos pressupostos elementares da tese da *dicotomia fato/valor*. Putnam analisa como essa *ontologia fisicalista* determina fundamentalmente o ceticismo moral e a teoria do “erro” de Mackie:

Mackie [...] foi atraído por uma concepção fisicalista dos fatos, tentando explorar uma propriedade que ele reivindica que os juízos éticos possuem: que alguém não pode realizar um juízo ético e considerá-lo como um juízo ético sincero, a menos que expresse um desejo ou preferência real. Desde que descrições de fato não podem, conforme Mackie, ser expressões de desejos e preferências, segue-se que juízos éticos não são descrições de fato [...] (PUTNAM, 2002, p. 42)

Putnam sustenta que, essa *propriedade* atribuída aos juízos morais por Mackie, possui origem filosófica no *emotivismo*, concebido pelos Positivistas Lógicos. Na medida, que a reivindicação fundamental do *emotivismo* sugere que a única “função” dos juízos morais, necessariamente (por sua natureza *ontológica*), consiste em expressar desejos e preferências dos agentes.

Como referimos anteriormente. Putnam sugere que Mackie, porém, não compartilha dessa tese *emotivista*. O ponto é que, para Mackie, juízos morais podem ser defendidos racionalmente, no contexto de uma convenção cultural e ou moral. Desse modo, juízos morais podem também expressar crenças racionais e tradições culturais *contingentes*, amplamente compartilhadas por uma comunidade humana. Podendo ser *justificados intersubjetivamente*. Mackie, porém, distingue *intersubjetividade* de *objetividade ontológica*. O ponto é que a tese da dicotomia fato/valor, concebida inicialmente pelo *emotivismo*, reivindica existir uma *dicotomia ontológica* entre juízos de fato e juízos de valor. Postulando que juízos *factuais* ou *empíricos* são *ontologicamente objetivos*. Enquanto, em contraposição, juízos *valorativos* ou *normativos* são *ontologicamente subjetivos*. Mackie parece crer que essa *dicotomia* constitui uma *verdade ontológica, universal e necessária*. Essa *ontologia fiscalista* é baseada numa concepção de *fato* vinculada basicamente a noção de *impressão sensorial*. Considerando como '*fatos objetivos*' unicamente aqueles fenômenos que são, mediata ou imediatamente, perceptíveis pelos órgãos sensoriais. Reivindico que é justamente essa ontologia *fiscalista*. E unicamente ela. Que confere inteligibilidade ao problema filosófico proposto por Mackie, ao questionar se *valores morais fariam ou não fariam parte da estrutura do mundo*. Hare, por exemplo, considera esse tipo de questionamento absolutamente ininteligível (HARE, 1972, p. 47). Mackie sugere que valores morais não podem ser considerados objetivos porque não possuem as mesmas propriedades ontológicas dos *objetos ou entidades espaço-temporais* que constituem os fatos empíricos. Sustentando que valores morais são *subjetivos*. Possuindo *existência*, unicamente, no *universo mental, racional, sentimental* ou *volitivo* privado dos agentes que os enunciam. Expressando suas escolhas, finalidades e interesses particulares. Mackie adota uma *ontologia transcendental* típica do *realismo metafísico*. Ao reivindicar que juízos morais *não fazem parte da estrutura do mundo*. Partindo da noção epistemológica ortodoxa de que existe apenas um *mundo real, absoluto e objetivo, independentemente das crenças, teorias, culturas e conceitos humanos*. Um mundo que contém objetos reais limita-

dos. Isso se torna evidente na distinção, proposta por Mackie, entre *objetividade* e *intersubjetividade*. A noção de *objetividade* de Mackie não admite valores morais contingentes. Para Mackie, valores morais *objetivos* deveriam possuir natureza metafísica transcendental, como integrantes da composição material eterna da *realidade* empírica. Mackie adota, claramente, uma espécie de *realismo metafísico*. Caracterizado, basicamente, pela crença na existência de uma *realidade* ou um *mundo 'em si'* (conforme o jargão kantiano). Absolutamente independente da percepção sensorial, das teorias epistemológicas, dos conceitos ontológicos e das linguagens (ou jogos-de-linguagem) humanos. Mackie postula um *mundo transcendental*, que possui existência absoluta e eterna. Constituído por um número limitado e fixo de objetos *reais*. Um *mundo* que não possui qualquer relação necessária com a *realidade contingente, histórica, social e cultural* dos seres humanos e suas comunidades. O ceticismo moral de Mackie exige, portanto, compromissos *ontológicos* (conforme a expressão célebre de Quine) *metafísicos* acerca da existência de uma *realidade ou mundo 'em si'*. A noção de *objetividade* como correspondente a *descrição factual do mundo*, pressupõe a existência de *fatos brutos*. Absolutamente independentes das teorias ontológicas e epistemológicas que justificam os enunciados factuais e as teorias *empíricas*. MacIntyre, por sua vez, fundamenta o *contextualismo moral*. E, especialmente, sua tese acerca do desacordo moral contemporâneo, como expressão de uma cultura *emotivista*. Tanto em uma *ontologia geral*, baseada na rejeição absoluta da *dicotomia fato/valor*. Como em uma *ontologia social e cultural*, baseada na afirmação da *objetividade* das tradições culturais e convenções sociais. Para MacIntyre, as tradições e práticas morais, entretidas por comunidades humanas historicamente localizadas, possuem *objetividade ontológica*. MacIntyre sustenta que é o *contexto* (holístico) social, cultural e histórico, como um todo, que confere *objetividade* aos valores morais. Reivindicando que a *objetividade* dos valores morais é garantida por sua *intersubjetividade* e *impessoalidade*. E não pela eventual possibilidade ou não de sua percepção sensorial. Valores morais estão *ontologicamente* vinculados às práticas sociais e tradições culturais

historicamente localizadas. Somente podendo ser considerados racionais, objetivos e inteligíveis, no ‘*interior*’ (justificação *internalista* ou *Neurathiana*) de um conjunto de crenças particulares, compartilhadas amplamente por uma comunidade humana. Nesse sentido, valores morais possuem natureza *contingente*. A tese de MacIntyre acerca do desacordo moral contemporâneo e da supremacia da cultura *emotivista* na sociedade ocidental contemporânea. Afirma que a crença disseminada na verdade do *subjetivismo moral*. Que determina o uso da linguagem e dos juízos morais tradicionais (*formalmente objetivos* e *imperativos*) para *mascarar* a expressão de interesses *subjetivos*. Constitui, unicamente, um traço característico da sociedade e da cultura ocidental moderna e pós-moderna. MacIntyre ressalta, porém, que esse tipo de *subjetivismo emotivista* constitui apenas uma característica *contingente* da moralidade ocidental em certo estágio de seu processo histórico. Não constituindo uma verdade ética *universal e necessária*. MacIntyre, ao contrário, acredita que juízos e valores morais podem ser *plena-mente objetivos*. Como de fato, já o foram, nas sociedades antigas e medievais. MacIntyre postula que o *emotivismo* pode constituir uma posição ética consistente. Apenas quando é entendido como uma tese *linguística*, histórica e sociológica. Que procura descrever o *uso* da linguagem moral por determinadas comunidades humanas, em períodos específicos de sua evolução cultural. E não como uma tese *ontológica*, *universal* e *necessária*, acerca do *significado* dos enunciados morais. MacIntyre sugere que a linguagem moral *pode ser usada* para expressar interesses *pessoais* e *subjetivos*. Como, de fato, é usada na cultura *emotivista* da sociedade ocidental contemporânea. Mas rejeita a hipótese de que toda e qualquer linguagem. Empregada, em qualquer tempo e sociedade, para expressar valores morais. Se refira, necessariamente, por sua natureza *ontológica*, a enunciação de sentimentos, paixões e interesses puramente *subjetivos*. Para MacIntyre, quando a linguagem moral encontra-se num estado de ordem. Estando adaptada a seu contexto histórico sócio-cultural. Os valores e os juízos morais que ela expressa oferecem padrões *objetivos* e *impessoais* de justificação. Possuindo, portanto, *objetividade ontológica* e *epistemológica*. Sendo capazes de cumprir plenamente suas funções de justifi-

cação da moralidade. Garantindo, dessa forma, um amplo consenso acerca dos problemas morais mais relevantes. Nesse estágio plenamente funcional da moralidade. Os contendores do debate moral apelam para valores ou padrões, reconhecidos como racionais e justificáveis, por todas as partes envolvidas na disputa. De modo, que esse acordo *intersubjetivo* acerca da *objetividade* dos valores morais, permite que uma conclusão amplamente aceita possa ser alcançada. Outro contraste entre os *mundos morais* concebidos por Mackie e MacIntyre, diz respeito à natureza da análise filosófica proposta. MacIntyre propõe uma análise histórica e sociológica. Baseada na pressuposição de que valores morais constituem construções culturais *contingentes*. Mackie propõe uma análise *ontológica* acerca do status dos valores morais. Procurando estabelecer se eles fazem ou não parte da *estrutura do mundo*. Afirmando que análises linguísticas ou conceituas não podem revelar o ‘erro’ fundamental, cometido pelo senso comum e pela maioria dos filósofos ocidentais, ao atribuírem *objetividade* aos valores morais. Porque essa crença foi incorporada fortemente na linguagem moral ocidental. De modo, que uma análise que se concentre unicamente no *significado* dos juízos, termos, conceitos e enunciados morais. Comumente utilizados na vida cotidiana em nossa sociedade. Concluirá necessariamente que eles expressam pretensões *imperativas* ou *categóricas* por parte dos agentes. Na medida, que a crença na *objetividade* dos valores morais constitui, conforme Mackie, uma característica fundamental da *cultura ocidental*. As pessoas em geral utilizam a linguagem moral tradicional realmente para expressar sua crença sincera na *objetividade* dos valores morais. Sendo, justamente, por essa razão, que Mackie propõe uma *teoria do erro*. Reivindicando que essa crença é *falsa*, constituindo um grave equívoco *ontológico*. Sugerindo que o reconhecimento da natureza *subjetiva* dos valores morais – ou seja, que eles expressam escolhas, finalidades, interesses e inclinações pessoais dos agentes – permite uma compreensão mais adequada da moralidade. Sem implicar em *relativismo* ou ameaçar as funções sociais das práticas morais que garantem uma convivência relativamente harmoniosa entre os membros de uma comunidade.

Conclusão

Concluo que os mundos (*morais*) possíveis de Mackie e MacIntyre são *ontologicamente e linguisticamente* absolutamente contraditórios. Podemos habitar o *mundo sem valores morais objetivos* de Mackie, ou o *mundo com valores morais objetivos* de MacIntyre. Mas não podemos habitar esses dois mundos possíveis ao mesmo tempo. Porque eles são irreconciliáveis filosoficamente. De um ponto de vista *linguístico*. O mundo (*moral*) que habitamos, na sociedade ocidental contemporânea, pode ser o mundo de Mackie. No qual, o uso da linguagem moral pressupõe falsamente a *objetividade* dos valores morais. Ou pode ser o mundo de MacIntyre. No qual, o uso da linguagem moral é baseado na crença (falsa) na *subjetividade* dos valores morais. De um ponto de vista *ontológico*. Mackie adota uma *ontologia fisicalista*. Reivindicando que apenas *objetos espaço-temporais*, imediatamente perceptíveis sensorialmente, possuem o atributo da *objetividade ontológica*. Mackie postula que uma *justificação moral intersubjetiva* não confere *objetividade* aos valores morais. Concluindo, portanto, que valores morais são *ontologicamente subjetivos*. Expressando crenças (racionais ou não), desejos e ou preferências dos agentes. De um ponto de vista *lógico*. Essa conclusão de Mackie implica em que, toda e qualquer *justificação da moralidade*, é necessariamente baseada em uma, ou mais, *premissas subjetivas*. De modo, que juízos morais não constituem *imperativos lógicos da Razão*. Para Mackie, a *justificação* dos valores morais é, portanto, *relativa*. Desse mesmo ponto de vista *ontológico*. MacIntyre adota uma *ontologia social ou cultural*. Reivindicando que crenças, tradições, valores possuem o atributo da *objetividade ontológica*. MacIntyre sustenta, portanto, que *convenções sociais e culturais* constituem realidades *ontologicamente objetivas*. Dessa forma, valores morais podem ser *justificados racionalmente* no “interior” de uma tradição moral. MacIntyre acredita que, tanto a noção de *racionalidade* como de *moralidade*, fazem parte um sistema holístico de crenças mais amplo. De modo, que a *justificação racional da moralidade* somente pode ser *ontologicamente objetiva* no “interior” de um sistema holístico de crenças. Dessa forma, MacIntyre propõe uma *justificação moral “internalista”*. Baseado

na pressuposição de que valores morais são *construções culturais contingentes*. MacIntyre conclui que valores morais *podem ser ontologicamente objetivos e racionalmente justificados*, apenas *contingentemente*. No estágio histórico de uma *moralidade ordenada e funcional*. Para MacIntyre, ao contrário de Mackie, portanto, *objetividade ontológica* equivale a *intersubjetividade*. Por todas essas razões. Os *mundos (morais) possíveis* de Mackie e MacIntyre podem ser ambos falsos, mas não podem ser ambos simultaneamente verdadeiros.

Referências:

- HARE, R. M. _____ *Applications of Moral Philosophy*, London, The Macmillan Press Ltda, 1972.
- HUME, David, _____ *A Treatise of Human Nature*, Oxford, Oxford University Press, 1978.
- IRWIN, Terence _____ *Aristotle Nicomachean Ethics*, Indianapolis/Cambridge, Hackett Publishing Company, Inc., 1999.
- LOCKE, John _____ *An Essay Concerning Human Understanding*, Oxford, Clarendon Press, 1975.
- LOCKE, John _____ *An Essay Concerning Human Understanding*, Pennsylvania State University, 1999.
- MCDOWELL, John _____ *Mind, Value and Reality*, Cambridge, Harvard University Press, 2002.
- MACINTYRE, Alasdair _____ *Whose Justice? Which Rationality?*, Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1998.
- MACINTYRE, Alasdair _____ *After Virtue: A Study on Moral Theory*, 3ª edição, Notre Dame, University of Notre Dame Press, 2007.
- MACKIE, J.L. _____ *Ethics: Inventing Right and Wrong*, 2ª edição, London, Penguin Books, 1990.
- PUTNAM, Hillary _____ *The Collapse of the Fact/Value Dichotomy and Other Essays*, Cambridge, Harvard University Press, 2002.

